

CEDI - P. I. B.
DATA 17 / 06 / 87
COD. PCD55

RELATÓRIO

ELEIÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS INDÍGENAS PARESI:

- "UIRAPURU" — (AL. CANTÃO PAROQUE) 12 pessoas
- "JUIÑINHA" — (SK e JUIÑINHA) SK 9 Juiñinha 31
- "ESTAÇÃO PARECIS" (EST. PARECIS) 18 pessoas
- "ESTIVADINEO"
- "FIGUEIRAS"

ROMANA MIRIA COSTA
ANTROPÓLOGA
MUSEU NACIONAL-PPGAS-UFRJ

RIO DE JANEIRO, JANEIRO DE 1987.

INTRODUÇÃO

Em atendimento à Portaria nº 1762 de 19/11/86 do Presidente da FUNAI, em dezembro de 1986 o GT composto por Lívio Natal Alves de Oliveira, técnico agrimensor da Funai/BSB, Elisabete Santos, desenhista 2ª SUER, um representante do INCRA/MT, um representante da INTERMAT, Benedito Germano Kanaizokiesé, ajudante do PI Embratel/Paresí e Romana Maria Costa, antropóloga/Museu Nacional/UFRJ, signatária deste relatório, sob a coordenação de Isanoel dos Santos Sodré, assessor da 2ª SUER, deslocou-se para o sudoeste de Mato Grosso com o objetivo de efetuar os trabalhos de identificação/delimitação das áreas indígenas ... Paresí designadas " Estação Parecis ", "Juininha" e "Uirapuru", bem como verificar a existência de não-índios nas áreas "Estivadinho" e "Figueiras".

Devido o caráter diversificado das tarefas solicitadas assim como das singularidades que cada situação observada detem, concluímos que o formato final dos trabalhos deveria conformar relatórios específicos. Teremos, portanto, o Relatório I que trata das áreas "Juininha" e "Uirapuru", o Relatório II referente à área " Estação Parecis" e o Relatório III que informa sobre as áreas "Estivadinho" e "Figueiras" .

O relatório I foi elaborado com dados obtidos nesta viagem a campo e também com informações coletadas em pesquisa de campo anterior, realizada em fevereiro de 1986. Nesta oportunidade participamos de um GT, instituído pelo então Delegado da 5ª DR-FUNAI, composto por um engenheiro agrônomo da citada Delegacia , um motorista e Francisca Navantino Paresí.



O GT tinha como meta realizar um levantamento preliminar da situação das aldeias da região da ME do Rio Juruena: "Capitão Marco" (Hanawarekõ), "JK" (Iyatyaza) e "Juinhã" (Zotiarehanaza). Além do material obtido nesta viagem contamos com subsídios de uma pesquisa documental realizada por Francisca Navantino Paresí junto ao Centro de Documentação do Museu do Índio/RJ, por solicitação da 5ªDR/Funai.

O Relatório II, sobre a área "Estação Parecis", foi realizado com os dados coletados pelo GT e com os subsídios do relatório de pesquisa elaborado em 1985 pelo Museu Rondon/UFMT, assinado pela antropóloga Maria Fátima Roberto. Este relatório, encaminhado em 1985 à 5ª DR/Funai, resultou de uma pesquisa com remanescentes Paresí que trabalharam nos postos telegráficos "Parecis", "Utiarity", "Ponte de Pedra" e "Barão de Capanema", criados por Rondon entre 1908-9, assim como de pesquisa junto aos documentos da Comissão Rondon.

O Relatório III foi formulado com informações obtidas pelo GT na área indígena "Figueiras".



RELATÓRIO I: ÁREAS INDÍGENAS "JUININHA" E "UIRAPURU"

1. Caracterização da população Paresí da região do Juruena (ME)

As áreas indígenas Paresí designadas pela P. nº 1762/86 "Juininha" e "Uirapuru" localizam-se a sudoeste do Estado de MT; a sua principal referência é o trecho do antigo traçado da Br-364 (Cuiabá- Porto Velho) compreendido entre os quilômetros 505 e 550, considerando-se o lado direito da Rodovia.

Nestas áreas existem três aldeias Paresí localizadas em pontos distintos. Nas proximidades do km. 525 encontra-se a aldeia referida como "Juininha" (Zotiarehanaza, em Paresí) com 33 habitantes; cerca de 8 km. adiante está a aldeia conhecida pelo nome "JK" (denominação de um antigo restaurante que existiu à ME da Br-364, defronte da aldeia) ou Iyatiaza, atualmente com 9 membros. No km.550, nas circunvizinhanças do Posto de Gasolina Uirapuru, está a aldeia "Capitão Marco", Hanawarekō, em Paresí, com 12 componentes. A população que compõe estes grupos locais soma, então, 55 indivíduos remanescentes do subgrupo Kozáriní - Enēmaniére. Outros membros deste subgrupo encontram-se distribuídos pelas aldeias da Reserva, principalmente em Boi Morto, Iliaosê, Bititiro, Cabeceira do Papagaio, Taquarinha, Cabeceira do Osso.

Os halíti (auto-denominação Paresí) reconhecem uma classificação mais inclusiva à base da qual distinguem-se em Kozáriní, Waimarê, Kazíniti, Warére, Kāwali (Cf. Costa, 1985:59-76). No passado, a esta classificação correspondiam territórios com limi-



tes bem definidos, conformando o que Rondon designou subgrupo (Cf. Rondon, 1910:13). Rondon registrou, ainda, que o termo ênomanière era aplicado com referência ao habitat dos Kozārini (id:13).

Em distintas etapas de nossa pesquisa de campo ouvimos os Paresí referirem-se aos habitantes da região do Juruena, Securi e Juína pelo termo ênomanière. Como parte integrante dos dois GTs instituídos pela Funai, tivemos a oportunidade de confirmar a existência desta auto-denominação entre os membros desta região. Os Paresí desta área se classificam ora Kozārini-ênomanière, ora somente Ênomanière e têm uma versão do mito de origem dos Paresí com referências explícitas ao seu território. Registramos, aqui, as passagens mais significativas desta versão, notadamente aquelas que têm uma relação direta com o objetivo deste trabalho:

Conta o mito que os ênomanière não saíram do interior da terra, por uma abertura na rocha, no local conhecido como Ponte de Pedra, com o grupo de irmãos, ancestrais míticos dos Wáimare, Kozārini, Kazíniti, Káwali. O ancestral mítico ênemanière surgiu em um local próximo ao Rio Securi, designado Walomazase. O grupo de irmãos, que saíram em Ponte de Pedra, puseram-se a caminhar, fazendo um percurso no sentido leste-oeste (em direção ao Rio Juruena). Ênomanière, por sua vez, pôs-se a caminhar, fazendo uma trajetória oposta à dos demais ancestrais, no sentido oeste-leste. Encontraram-se na cabeceira do Rio Papagaio, quando houve um jogo de bola que terminou em briga entre os ancestrais.

A existência de uma série de capoeiras pontuando o território desde o Rio Juruena até o Posto Uirapuru, confirma ser este de ocupação tradicional do referido subgrupo. A esta evidência somam-se relatos dos próprios Paresí, de antigos seringalis-

tas que cortaram o árido chapadão no início deste século, assim como dos índios Wasusu/Nambiquara, seus vizinhos e tradicionais inimigos.

Em relatório datado de abril de 1983, endereçado ao chefe da AJAVIL/Funai, o então responsável pela aldeia Wasusu, Sr. Ariovaldo José dos Santos, deixou registrado que:

" O trecho do km. 505 ao km. 550 da Br-364 ocupado e/ou habitado pelos Pareci faz parte do território tradicional de ocupação do grupo em referência. A constatação de capoeiras até o Posto Uirapuru confirma o relato histórico dos índios Wasusu para o território Pareci na área" (p.3) (O grifo é nosso).

O seringalista Propício Loureiro relatou que, em 1938, ao passar pelo lugar hoje conhecido como Uirapuru encontrou uma aldeia chefiada pelo Capitão Marco (Comunicação pessoal a Benedito Germano Kanaizokiesê, seu filho de criação).

Em etapas anteriores de nossa pesquisa de campo junto aos Paresí pudemos perceber que a territorialidade constitui-se em um dos critérios que são utilizados para a classificação dos subgrupos (Cf. Costa, 1985:64).

Como demonstram os registros de Rondon (1910) e de Max Schmidt (1943), no início deste século os subgrupos ainda configuravam grupos sociais bem delimitados, ocupando espaços específicos. Os Paresí que vivem na região Securi- Juina- Juruena reconhecem a região que ocupam como território de seu subgrupo; os demais Paresí, habitantes de outras áreas, identificam, também, os moradores deste território como remanescentes Enemanière.



Na organização social Paresí há uma forma classificatória que consideramos a mais significativa no campo das relações sociais. É composta pelas categorias " parentes verdadeiros ou legítimos" e "parentes de longe ou consideração". Aqueles que se referem como "parentes verdadeiros" mantêm vínculos sociais intensos e conseguem apontar, com exatidão, seus laços genealógicos. Verificamos que esta classificação pode ser estendida a indivíduos com os quais estabelece-se aliança matrimonial acompanhada de residência permanente na aldeia de um dos cônjuges. (principalmente quando há repetição da aliança no interior de um mesmo grupo local.).

Nossa pesquisa tornou possível saber que há expectativa no sentido de que indivíduos considerados "parentes verdadeiros" estabeleçam-se num mesmo local conformando aldeias, unidades sociais com autonomia política e econômica. No presente, vê-se a tendência de os grupos sociais ocuparem espaços geográficos distintos - mas próximos- preservando, no entanto, estreitos laços sociais.

Um exame da genealogia de parentesco das três aldeias das áreas referidas explicita que constituem um grupo de "parentes verdadeiros" que privilegiam as trocas matrimoniais no seu interior. A endogamia de aldeia, um dos princípios básicos da estrutura social Paresí, manifesta-se com nitidez nesta parentela.

Podemos afirmar que a base da parentela das áreas "Juinhã"- "Uirapuru" é um grupo de irmãos germanos (siblings) e seus descendentes (vide genealogia e censo anexo). Capitão Marco, o mais velho do grupo de irmãos, é chefe da aldeia que leva seu nome, situada no Uirapuru e seu irmão, João Batista, che

S.M.

fia a aldeia "Juininha" (Zotiarehanaza). A aldeia JK (Iyatvaza) foi, por longo período, habitada por seu filho Vivi e seu grupo familiar; hoje abriga a família de Ferreira, seu genro. Todos os habitantes das três aldeias co-irmãs reconhecem ser a região compreendida entre o Juruena e o Posto Uirapuru habitat de seus antepassados.

Como dissemos anteriormente, os membros da parentela que vivem atualmente em suas terras somam 55 indivíduos. É importante frisar que as aldeias Paresí têm uma densidade populacional baixa. Em 1981, quando a população total atingia o número aproximado de 550 pessoas, distribuídas em 23 aldeias, somente 8 aldeias tinham um contingente superior à média de 26 moradores. Três aldeias eram compostas por 6 indivíduos cada (Vf. Relatório Funai, Processo nº 0273/82). Em 1910, Rondon deixou registrado que um total de 340 Paresí distribuíam-se por 12 aldeias, com uma média de 27 pessoas cada, sendo que a menor tinha 16 habitantes e a maior 57 (Cf. Rondon, 1910:45).

As aldeias Paresí têm uma forte tendência a segmentação, formando grupos locais de pequenas proporções, compostos ^{seja} por uma família elementar ^{seja} por uma família extensa (3 gerações). Este processo é percebido como uma forma de precaução e/ou de resolução de conflitos sociais. Na sociedade Paresí há o princípio estrutural de os grupos sociais buscarem constantemente ~~de~~ clarificar sua independência de cada um dos grupos mais abrangentes ~~de~~ que fazem parte. Da perspectiva Paresí, o crescimento populacional de uma aldeia favorece o surgimento de "fofocas", consideradas detonadoras de conflitos sociais. Assim, preferem pagar o preço do distanciamento físico para se manter socialmente próximos.



Como já foi dito, a população da região do Juruena conforma um grupo de parentela. Este dado, no entanto, não pode ser encarado como uma condição favorável à ocupação de um mesmo espaço físico. A grande mobilidade das famílias é um indicador deste fenômeno. Para exemplificar tomemos os dados dos censos feitos junto a população Paresí, em distintos momentos: em 1971 toda a parentela encontrava-se reunida na aldeia Boi Morto, na margem direita do Rio Juruena (Vf. Relatório Missão Anchieta Proc.2679/71: fls. 29). Logo depois, segundo informações obtidas dos Paresí, retornaram para a aldeia "Capitão Marco", no Posto Uirapuru. Em 1978, o GT/Funai instituído pela P. 419/E de 24/07/78 os encontrou distribuídos pelas aldeias JK, Juininha Capitão Marco e Boi Morto (Cf. Proc. Funai 4882/78). Três anos após, outro GT /Funai (P. 923/E de 21/01/1981) fez um novo censo onde está assinalado que a parentela encontrava-se distribuída entre as aldeias "Capitão Marco", JK e Juininha (Cf. Proc. 0273/82). Se verificarmos a composição dos grupos locais, tomando a família de Vivi, por exemplo, observaremos que em 1978 encontrava-se na aldeia JK; em 1981, na aldeia Bititiro; em fevereiro de 1986 morava na aldeia Juininha ; em dezembro do mesmo ano encontrava-se em outro local, situado nas proximidades da aldeia Juininha.

2. Aspectos políticos, econômicos e sociais das aldeias

A. Área Uirapuru : Aldeia "Capitão Marco"

No início da década de 60 a Rodovia Br-364 (Cuiabá-Porto Velho) foi ao encontro dos Kozáriní-Enemaniêre da região do Juruena. Capitão Marco e sua parentela habitavam Hanawarekô, uma al-

deia situada a 1.000 metros do local onde, no presente, o chefe estabeleceu sua morada. A Estrada facilitou o movimento de ocupação das terras circunvizinhas por fazendeiros vindos do sul.

De acordo com nossos informantes Paresí o grupo Montedan S/A foi o primeiro a estabelecer-se na região. Nesta época, Capitão Marco e sua parentela encontravam-se na aldeia Boi Morto, também território de seus antepassados (um de seus irmãos, Oscar, já falecido, era o chefe da aldeia). Ao retornar encontrou homens acampados em sua aldeia. Os representantes da aldeia tentaram "negociar" as terras com os índios. João Ponce, filho de Marco, assim relatou o ocorrido:

" Eu tava com 10 anos, mais ou menos, quando Montedan chegou. Eu era um garoto assim... Chegou aqui e nós tava prá lá, no Boi Morto. Passemos dois meses lá; quando nós voltamos aqui, os homens estavam acampados na nossa tapera. Aí nós chegemos, eu, o pai, o João Batista. Perguntou prá nós que vão vender a terra prá eles. Aí o João Batista, o pai, falou prá eles: "não, a terra nós não vende. Porque nós queremos viver também. Agora, se vocês querem morar aqui, pode morar. E nós também. Vocês não podem estranhar com nós aqui neste lugar. Moramos junto. Se vocês querem tocar o posto, estas coisas, pode fazer ..." (Depoimento gravado em dezembro de 1986).

A Montedan S/A construiu, no local, o Posto de Gasolina Uirapuru que tinha instalações para viajantes, restaurante, borracharia, serviços de mecânica. A proximidade da Aldeia "Capitão Marco" teve implicações para o modo de vida dos Paresí que ali viviam.

A aldeia tem, atualmente, 12 membros que habitam em du-

as construções de estilos diferentes. A casa do Capitão e de seu filho mais novo, é uma habitação tradicional Paresí (forma elíptica, com estrutura de madeira e inteiramente coberta por folhas de palmeira, tendo duas pequenas aberturas nas partes anterior e posterior.) A outra é uma pequena casa, feita de adobe, com cobertura de palha. Abriga uma filha do Chefe com marido e filhos.

Uirapuru, até 1983, constituiu-se em um importante ponto de comercialização da produção artesanal dos grupos locais da região do Juruena atingindo, também, algumas aldeias situadas na área de Reserva. Com a intensificação do fluxo de viajantes pela Rodovia aumentou a demanda por arcos e flechas, espanadores, colares, bolas de mangaba, legues, pulseiras, peças artesanais que os Paresí passaram a confeccionar visando o mercado. Os habitantes da região do Juruena envolveram-se de tal forma neste comércio que não tinham tempo útil para o cultivo de roças e atividades de caça e pesca. Em 1981, quando visitamos estas aldeias pela primeira vez, observamos que os grupos locais cultivavam pequenos roçados, insuficientes para a manutenção de seus membros. A dieta das aldeias era composta basicamente de arroz, feijão, café, biscoito, sal, açúcar, farinha de trigo, óleo, e artigos de lataria adquiridos no Posto. A facilidade para conseguir transporte possibilitava que os índios frequentassem a cidade de Jauru para compras e tratamento de saúde.

O envolvimento com a economia regional era tal que afastaram-se paulatinamente das práticas econômicas tradicionais, com uma dependência sensível dos produtos alimentares alienígenas.

Atualmente assistimos a uma situação diversa. Com a mo-

dificação do traçado da Br-364 que tem como referência a cidade de Cáceres, o trecho onde está situado o Posto Uirapuru foi desativado. Apenas o bar continua funcionando precariamente, sendo frequentado apenas por trabalhadores das fazendas adjacentes. Os alojamentos encontram-se abandonados, a oficina mecânica e as bombas de gasolina desativados.

Desprovidos do mercado da Estrada, os moradores da aldeia continuam a confeccionar alguns tipos de peças artesanais que comercializam na Artíndia /Cuiabá ou com os trabalhadores das fazendas. Ao pouco rendimento obtido somam a renda advinda da aposentadoria que Capitão Marco recebe, na cidade de Vila Velha.

Em 1985, o genro do chefe abriu uma roça na cabeceira do Securi, em cooperação com um cunhado que migrou para a aldeia JK. Esta roça está localizada em terras ocupadas pela Fazenda Tiareju.

B - Área "Juininha" :

B1. Aldeia JK (Iyatýaza)

JK conta, atualmente, com 9 moradores conformando uma família elementar (marido, mulher e filhos) provenientes da aldeia "Capitão Marco". Este local fora ocupado inicialmente por um dos filhos do Capitão que vive, no presente, na aldeia Juininha.

O chefe do grupo local situa-se na categoria de genro em relação aos chefes das aldeias Juininha e "Capitão Marco". A única fonte de renda deste grupo é o artesanato comercializado no exíguo mercado formado por trabalhadores das fazendas vizinhas e na Artíndia/Cuiabá. A situação deste grupo é muito precária uma vez que estão esperando a primeira safra de mandioca que seu chefe a-
uma roça de

briu em cooperação com o cunhado, morador da aldeia "Capitão Macco".

B2. Aldeia Juininha

Concentrando o maior número de pessoas (34), esta aldeia apresenta uma composição similar à maioria dos grupos locais Paresí: dois grupos residenciais em que os chefes das casas estão situados em relação de cunhado. Suas casas seguem o estilo tradicional Paresí. No pátio existe a casa da Yámaka (flautas sagradas) da parentela do Juruena. Além destas construções existem outras construídas com madeira proveniente de uma antiga serraria abandonada nas proximidades. Uma das casas abriga a escola; a outra é a "casa do rádio", como passou a ser conhecida por guardar o rádio depois que a Funai estendeu o sistema de radiofonia da Reserva para a região (em 1986). A terceira casa é de uma família de protestantes (Igreja Pentecostal) , que desde 1983 vem dando assistência ao grupo.

O grupo local tem duas roças abertas em lugares distintos. Uma delas, com cerca de 3 hectares, é fruto do trabalho conjunto do chefe da aldeia e seu irmão. Cultivam mandioca brava e mansa, abóbora, carã e batata. A outra roça pertence ao genro do chefe da aldeia e a seu pai. Os produtos cultivados são os mesmos encontrados na roça do chefe da aldeia.

A caça, embora escassa, é parte importante da dieta do grupo. Os moradores deste grupo local dedicam-se, também, à pesca nos rios da região.

O artesanato continua sendo a principal fonte de renda do grupo. É comercializado em Cuiabá (Artíndia) e na cidade de Jauru por intermédio do pastor protestante que desenvolve um trabalho de

ref.

caráter assistencial junto ao grupo.

3. Assistência à Saúde e Educação

Há aproximadamente 3 anos, os Paresí do Juruena entraram em contato com um pastor protestante (Igreja Pentecostal), na cidade de Jauru. O pastor Mairto Lima e sua senhora Dolores já haviam trabalhado com um grupo Nambiquara da região do Sararé. Carentes de assistência nas áreas de saúde e educação, os Paresí aceitaram a proposta do casal de desenvolver um trabalho nas suas aldeias.

O pastor, sua mulher e filhos têm como norma despender cerca de 10 dias ao mês na aldeia Juininha. Neste período, Dolores dá continuidade ao trabalho de alfabetização de crianças e adultos assim como de assistência à saúde. O pastor utiliza uma Toyota para transportar doentes para a cidade e visitar os outros dois grupos locais.

4. Relação Paresí/Órgãos Assistenciais e de Proteção: Missões e FUNAI

A atuação dos órgãos assistenciais e protecionistas junto as aldeias da ME Juruena caracterizou-se, até o início da década

da de 80, pela tentativa de convencer a população a transferir-se para outras regiões do território Paresí.

Os depoimentos das áreas Uirapuru e Juininha sobre a atuação das instituições South American Indian Mission-SAM- , Missão Anchieta e Funai são unânimes neste sentido. A primeira tentativa ocorreu no início dos anos 60 quando o pastor protestante do SAM, Sr. George, tentou transferi-los para junto da Missão que estabelecera no Rio Sacre, próxima à aldeia Iyomowekê. A segunda deu-se já na década de 70, por iniciativa da MIA . Ambas tentativas foram repudiadas pelos índios. Os Paresí alegaram que não abandonariam as terras de seus antepassados, onde estavam enterrados seus parentes. Os órgãos assistenciais entendiam que a recusa encontrava-se relacionada à dependência dos estabelecimentos comerciais existentes na Rodovia.

A inadequação do argumento ficou demonstrada quando do fechamento dos Postos Uirapuru, no km.550, e Jaci, no km.505, em 1983. Isolados devido a desativação deste trecho da Estrada, permaneceram em suas terras, intensificando o trabalho agrícola. Privados de seus principais fregueses, os viajantes e caminhoneiros, retomaram , com maior vigor, as atividades de subsistência.

Até 1978 a população do Juruena não havia constado do roteiro dos GTs/Funai que foram ao território Paresí para viabilizar a legalização das terras.

O decreto de demarcação de parte das terras indígenas, nº 63.368/68, não incluiu, entre outras, a área das aldeias situadas à ME do Rio Juruena.

No ano de 1978, através de Port. 419/e/78, foi instituído um GT com intuito de proceder a um levantamento e delimitação das

áreas indígenas da região. O GT propôs uma área para a Reserva de aproximadamente 979.000 hectares, incluindo as aldeias do Rio Sacre e Bacaval, estendendo a antiga linha demarcatória além do Rio Juruena, formando um triângulo com o Rio Juruena, a Br-364 e o Rio Securi (Cf. Processo F/BSB/4882/78).

Em 1981 a FUNAI designou outro GT para o território Paresí com objetivo de realizar um levantamento sócio-econômico das aldeias e ouvir o grupo indígena como um todo sobre a questão dos limites de seu território (Portaria 923/E de 21/01/81).

O relatório apresentado pelo referido GT informa que visitou a área onde se localizam as aldeias do subgrupo Enemanié re assinalando que " a maior atenção foi dada às aldeias que por qualquer motivo encontravam-se fora da área decretada" (Cf. Proc. 0273/82, fls.250). Nesta mesma folha foi registrado que "...encontramos fora da área, acompanhando o movimento da Br, a família do Capitão Marco com a atividade econômica calcada no artesanato" (Loc.cit.). Paradoxalmente, as aldeias do Juruena não constaram das propostas do GT.

Adiante o GT reconhece que o grupo indígena Paresí não havia sido atendido, no que se refere ao seu território, pelo Decreto 63.368/68, que criou a primeira área de reserva, argumentando que "(...) a criação da Reserva não atendeu ao grupo indígena a medida que não houve na época do Decreto estudo da área, tendo sido deixado fora áreas importantes como cemitérios e aldeias já estabelecidas" (Cf. id: fls.275) (o grifo é nosso).

Segundo os Paresí da região ME Juruena, o referido GT não percorreu esta região e, portanto, não teve a oportunidade de

ref.

verificar a presença de "cemitérios e aldeias já estabelecidas". O encontro dos representantes das áreas Juininha e Uirapuru com o GT deu-se na aldeia Bititiro, próxima à MD do Rio Juruena, situada em área de Reserva.

Pode-se supor que a conjugação destes aspectos tenha concorrido para que o GT tivesse uma percepção inadequada da realidade da população desta área. Um levantamento mais completo evitaria informações equivocadas e julgamentos apressados como os que ficaram registrados nesta passagem do relatório : " a maloca onde é guardada a flauta sagrada(jararaca) é encontrada em quase todas as aldeias Paresí com excessão (sic) da (... ..) e das aldeias do Juruena que pela própria atividade econômica e desagregação vão pouco a pouco abandonando as ligações com a cultura" (Cf. id:fls.252). Não obstante, existe na aldeia Juininha a casa das flautas de toda a parentela da região. Ela abriga a flauta (Yámaka)Zeratialó e o Iohôhó usados em eventos ritualizados como a festa de moça nova, rituais de roça nova e nominação. No ano de 1986 aconteceu uma festa de puberdade de moça que contou com o concurso de várias aldeias da Reserva.

No que se refere às áreas Uirapuru e Juininha, o GT decidiu não fazer eleição de terras uma vez que entendeu que poder-se-ia "atrair" os índios para a área demarcada anteriormente, com a implantação de um PI próximo ao Juruena. Em suas palavras : "...este fato (a criação de um PI) possibilitaria a entrada do Capitão Marcos com seus familiares para Reserva, a medida que sua não fixação deve-se em grande parte a procura do mercado para o artesanato. Chamamos atenção para o fato de que o desvio da BR, poderá dispersar o grupo que terá que procurar novo mercado para seu produto" (id,ibid):

PII

O processo histórico encarregou-se de demonstrar a inadequação desta argumentação posto que o grupo indígena da ME Juruena permaneceu em suas terras, lutando contra todas as adversidades, buscando sobreviver com o trabalho nas atividades tradicionais de subsistência. A principal fonte de renda prossegue sendo o artesanato que é comercializado, através do pastor protestante que assiste ao grupo, na Artíndia/Cuiabá e na cidade de Jauru.

Os dados existentes no relatório do responsável pela aldeia Wasusu/Nambiquara, de 04/04/83 (Proc.814/83) convergem para os nossos :

" O vínculo desses Pareci com essa terra remonta a tempos imemoriais (origem, mitos, rituais, vivos, mortos, religião, costumes e sobrevivência). Não é apenas o território físico-geográfico, é a terra natal deles, ou como dizemos nós não-índios, é a pátria" (Cf: 4).

E mais:

"...Os índios mais velhos são a favor da FUNAI garantir-lhes a terra em que moram ao invés de tentar transferi-los" (id : 5).

Capitão Marco, chefe da aldeia que leva seu nome, deixou gravado para o nosso GT o seguinte:

" Eu não quero sair daqui. Eu sou daqui, governador daqui, né? Quando Funai queria reunir tudo gente...Não! Assim não. Como é Brasília, Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Cuiabá.....é longe...longe...as cidades...é o mesmo que aqui...tempo de antigamente também. Quando fazia festa reúne mas não vai parar não. Só 5 dias ele pára, depois ele volta. Não quero me reunir não. Só aqui

0111

nós mêmo... fica o pessoal todo nosso mesmo. Assim mêmo que antigamente mora" (Cap. Marco, dez.1986).

Neste trecho, o Capitão explicita com nitidez um dos princípios básicos da estrutura social Paresí: a preferência por viver junto aos seus iguais, nos territórios de seus antepassados. As aldeias de regiões distintas se reúnem num mesmo local em ocasiões especiais, em momentos ritualizados, por um período de tempo determinado. Somente os "parentes verdadeiros" vivem juntos ou em aldeias próximas.

5. Proposta de demarcação da área Juininha

A definição da área para demarcação do Juininha foi estabelecida em uma reunião no pátio da aldeia "Juininha", com a participação dos membros desta aldeia (com exceção do chefe João Batista que encontrava-se em viagem, tendo sido notificado por nós da proposta, em Cuiabá) e dos componentes da Aldeia "JK" na presença do GT.

A área proposta tem como limites : a leste o Rio Jurue na até a foz do Juina; a oeste o Rio Securi; ao sul a BR-364 e ao norte o Securi, prosseguindo até a confluência com o Juina, que segue ao encontro do Rio Juruena (a representação cartográfica contendo os locais onde se situam as aldeias, áreas de caça e pesca, roças, antigas capoeiras e os limites precisos, constam do relatório do técnico-agrimensor e do assessor da 2ª SUER).

Observa-se que não haverá necessidade de demarcação no

terreno uma vez que a Br-364 e o Rio Securi serviriam de limites até o Rio Juruena.

No mapa desenhado por João Batista, chefe da aldeia "Juininha", em fevereiro de 1986, pode-se ver representadas as áreas de caça, pesca, antigas capoeiras e as aldeias atuais (vide anexo). Os pontos 18 e 19 indicam locais de roça do Vivi, filho de Capitão Marco, habitante da área Juininha. Com a definição da proposta para demarcação, o referido Paresí decidiu usufruir destas roças somente até a legalização da área para o Juininha. O genro de Capitão Marco, que vive na aldeia JK, encontra-se na mesma situação. A aldeia possui uma roça que ficaria fora dos limites estabelecidos para área indígena. Os moradores do JK decidiram utilizar-se da roça até que seja decidida a demarcação definitiva da área.

6. Sobre a Ocupação regional da área

De acordo com o depoimento dos Paresí e o levantamento feito na região em fevereiro de 1986, na área proposta existem somente picadas abandonadas cerca de dois anos atrás, sem infraestrutura montada. Constatamos, assim, a inexistência de moradores não-índios assim como de benfeitorias em toda a área. Gostaríamos de frisar que há urgência em garantir para os Paresí do Juruena a terra que habitam.

paf.

7. Proposta referente à área Uirapuru

A portaria nº1762/86 que instituiu este GT considerou o território dos Kozárini-Enemaniêre dividido em duas áreas: Uirapuru e Juininha.

Como está registrado em páginas anteriores deste relatório, as terras que se estendem da ME do Juruena ao Km.550 da Br - 364, considerando-se a margem direita da Rodovia no sentido Cuiabá -Porto Velho, são tradicionalmente habitadas por representantes deste subgrupo. As referências mais antigas apontam o local designado Hanawarekõ, situado cerca de 1.000 metros da atual aldeia "Capitão Marco", como o mais conhecido território de aldeia do grupo. Não é demais repetir que, em 1938, o seringalista Procópio Loureiro esteve com o Capitão Marco neste local, segundo memória histórica do grupo. Foi exatamente esta área que sofreu a maior incidência de ocupação por não-índios, na região.

O local onde está a aldeia "Capitão Marco" foi totalmente cercado pelo grupo Montedan S/A que ali construiu o Posto Uirapuru. Atualmente, do seu antigo Posto de combustível com Bar, Restaurante e alojamento permanece apenas o bar funcionando precariamente, sob sistema de arrendamento. Com a transferência do traçado da Br 364 para o vale do Guaporé, o empreendimento foi desativado.

Além do grupo supra-citado, foi estabelecida, nas imediações, a Fazenda Tiaraju (Grupo Sul-Brasileiro), cujos limites aproximam-se da região circunvizinha da MD do Rio Securi, não estando, portanto, dentro da área Juininha. A fazenda dedica-se ao plantio do arroz.

Adentrando o Chapadão vê-se as instalações da ALCOMAT.

que opera no beneficiamento da cana de açúcar.

A reunião com os membros da aldeia para decidir sobre os limites da área realizou-se na casa do Capitão Marco. O coordenador do GT, assessor da 2ª SUEK, e o técnico agrônomo da Funai/BSB fizeram o relato do encaminhamento dos trabalhos feitos junto aos habitantes do "Juininha". Em seguida, consultaram o grupo sobre a possibilidade de transferirem-se para a área Juininna, caso fosse demarcada. O filho de Capitão Marco, João Ponce, e sua irmã Julia argumentaram que não viam sentido na transferência para outra área caso continuassem dependendo da comercialização do artesanato para adquirir no mercado regional os artigos de que necessitam. Referiram-se, também, à assistência permanente à saúde e educação.

O assessor da 2ª SUEK foi consultado pelo Paresí Benedito Germano Kanaizokiesê sobre a possibilidade de, após a demarcação da área Juininha, a FUNAI responsabilizar-se pela mudança da aldeia para essa área assim como da elaboração de um projeto econômico específico para esta aldeia, incluindo-os nos projetos do Polo noroeste. Diante da afirmativa do referido assessor, os filhos de Capitão Marco colocaram-se favoráveis à proposta de transferência para a área Juininna sublinhando que, embora sejam da mesma parentela dos moradores das aldeias JK e Juininha, seria impossível, inviável, uma transferência para o território destas aldeias. Mudar-se para a área Juininha não significa mudar-se para a aldeia Juininha. As aldeias Paresí são unidades sociais que mantêm autonomia política e econômica, tendo limites territoriais bem precisos. Somente os membros de uma determinada aldeia podem usufruir dos recursos existentes em seu território; as áreas de roça, caça, pesca, coleta são

5/14

de usufruto exclusivo dos moradores de um mesmo grupo local. Estes fatores intervêm no sentido de dificultar a reunião de grupos sociais de aldeias distintas em um mesmo território (Cf. depoimento de Capitão Marco, item 4 deste relatório).

A proposta considerada pelos moradores da Aldeia "Capitão Marco", de transferência para a área proposta para Juininha, caso seja demarcada, está sujeita, também, à liberação de recursos e viatura para sua transferência e, principalmente, à elaboração de um projeto específico com recursos do Polonoroeste abrangendo as áreas de saúde, educação e atividades agrícolas.

Os relatórios dos demais membros da equipe trarão informações detalhadas sobre os limites propostos para a área "Juininna"; o levantamento da cadeia comunal dos títulos que porventura existam ficou a cargo do Assessor da 2ª SUEP, coordenador do GT, e, conforme combinação anterior, será incorporado a este relatório.



RELATÓRIO III : SOBRE A PRESENÇA DE REGIONAIS NAS ÁREAS INDÍGENAS
"ESTIVADINHO" E " FIGUEIRAS"

Cumprindo as determinações da Portaria 1762/86 de "verificar a situação atual, quanto a existência de não-índios, nas áreas Estivadinho e Figueiras" o GT, após terminar o trabalho de reconhecimento das áreas "Juinhã" e "Uirapuru", deslocou-se para a aldeia Figueiras. Em reunião com o chefe da aldeia, Capitão Generoso, fomos informados que a Fazenda São Paulo está estocando mourões e arame para cercar os campos, atingindo a área da aldeia Figueiras.

De acordo com a planta de delimitação existente (vide anexo), uma área de 10.000 hectares teve seus limites aprovados pelo GT instituído pelo Dec.88.118/83 (Funai/Minter/MEAF, conforme parecer nº 013/84). Fomos cientificados, também, que a Fazenda Branca continua avançando pela citada área indígena. Nas proximidades da cachoeira do Rio Jauru existem tratores derrubando a mata que a circunda.

As informações sobre a área "Estivadinho" foram obtidas junto aos moradores da área "Figueiras". Diante das ameaças constantes das Fazendas circunvizinhas (Planalto, Branca e Colorado) as famílias transferiram-se, em caráter temporário, para a Reserva. Esperam o início dos trabalhos de demarcação das terras para retornar à sua área.

Em 15/07/82 foi aprovada uma planta de delimitação de uma área de 1.970 hectares para este grupo (vide anexo).

O relatório do GT que em 1981 esteve entre os Paresí assinala que:

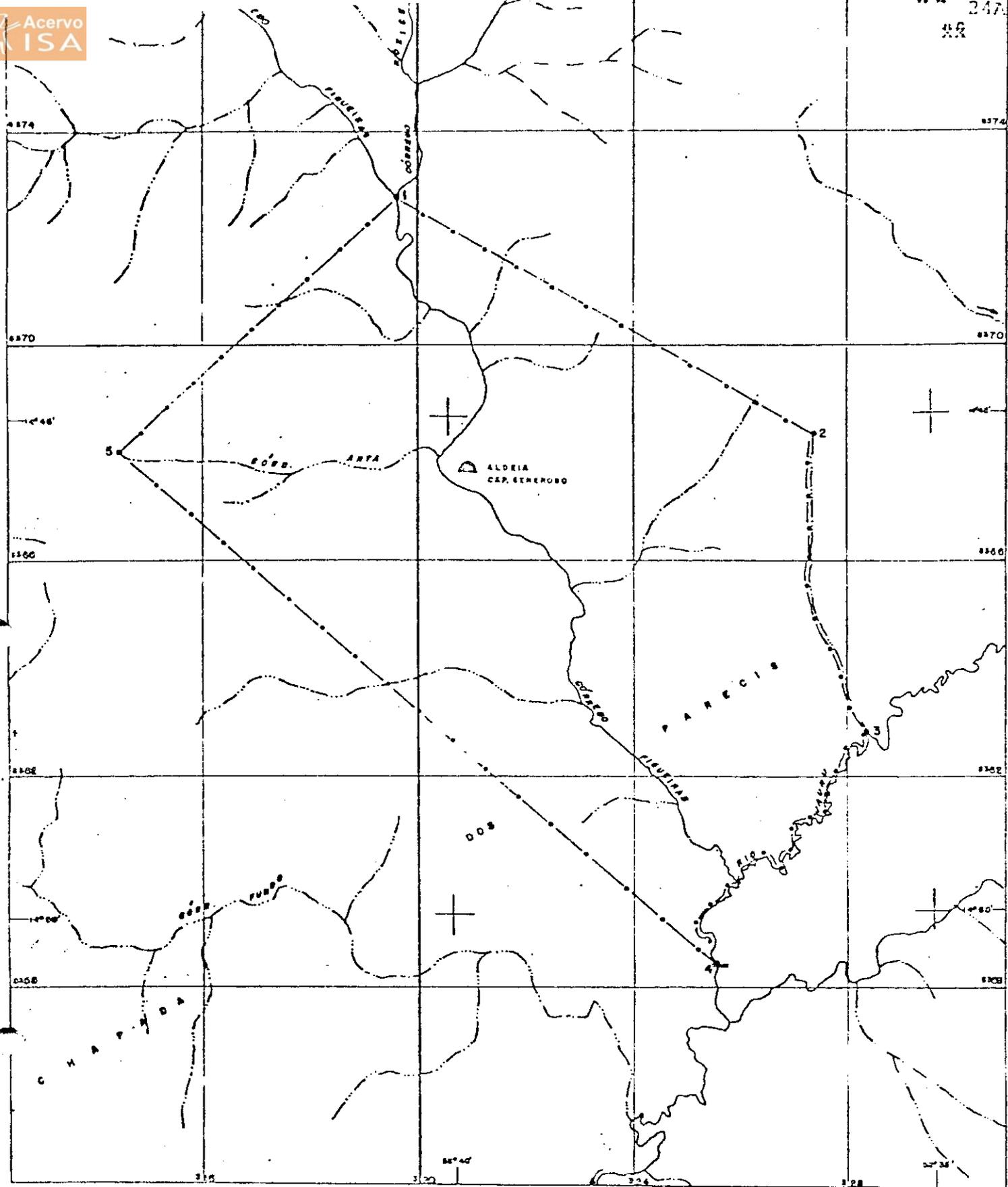
vid.

" Na região do Capitão Brito e Capitão Generoso, encontramos as Fazendas Branca e Colorado, com título de propriedade e com uma prática agrícola intensiva. As duas áreas são conflituosas com ameaças sistemáticas de morte. Na área do Capitão Generoso, além da Fazenda Branca consta a entrada de grileiros sendo que a luta pela posse da terra toma maiores proporções" (Cf.Proc.0273/82: fls.277) (O grifo é nosso).

Em nossa viagem à aldeia Figueiras pudemos constatar que a situação observada, em 1981, pelo GT da Funai não se modificou. As fazendas continuam avançando pelo território Paresí, ameaçando os índios embora as plantas de delimitação das referidas áreas tenham sido aprovadas pelo GT instituído pelo Decreto nº 88.118/83-FUNAI/MINTER/MEAF, conforme parecer nº 033/84 (vide anexo).

Consideramos ser de extrema urgência deliberar para que se tome as providências necessárias para que se dê início ao processo de demarcação destas terras.

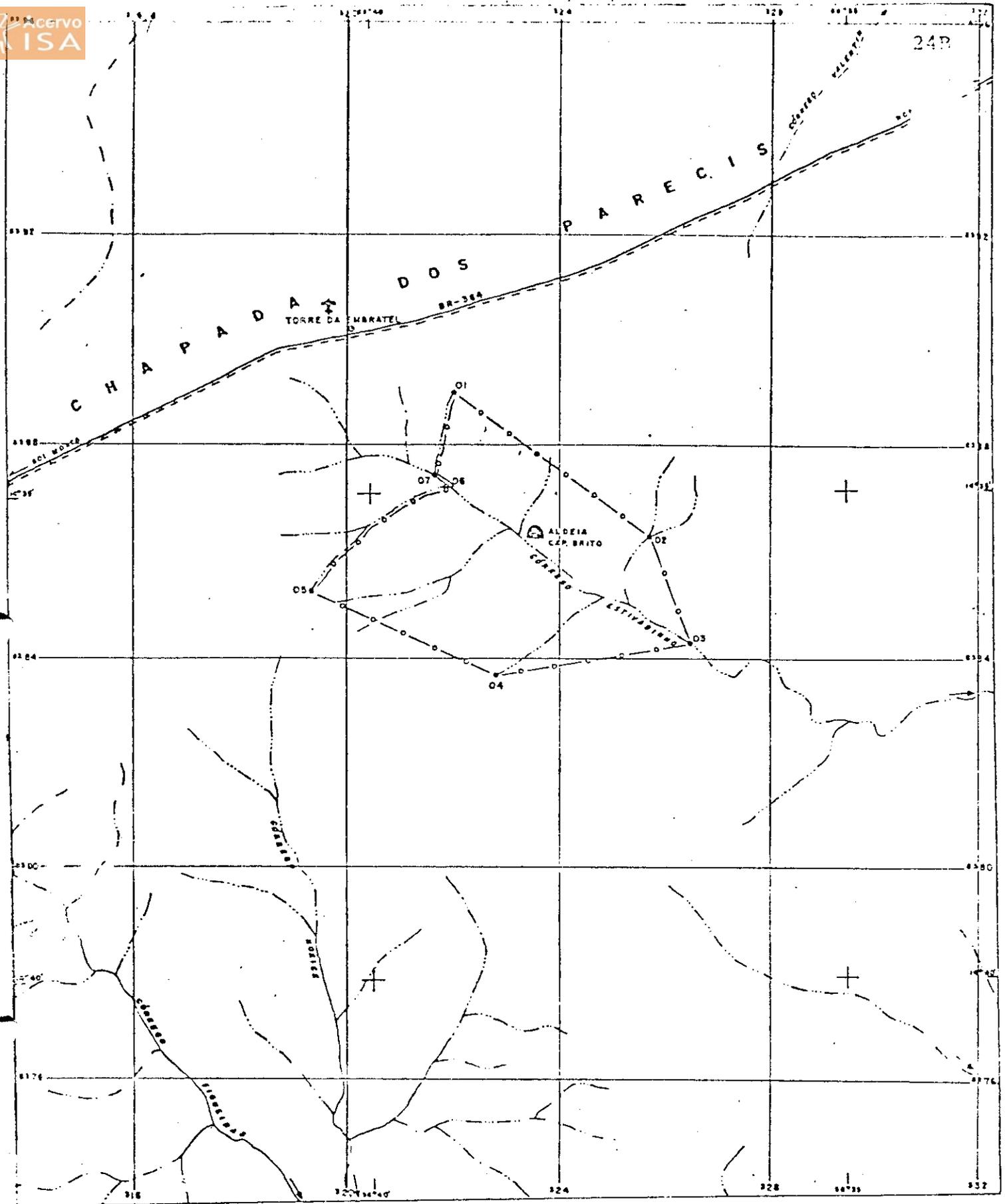
M. J.



SINAIS CONVENCIONAIS

- TERRA INDÍGENA DELIMITADA
- ▲ ALDEIA INDÍGENA
- PORTOS DE PASSAGEM DO LIMITE
- ~~~ CURSO D'ÁGUA PERMANENTE
- - - CURSO D'ÁGUA INTERMITENTE
- DIREÇÃO DE CORRENTE
- ⊕ CADENCEIRA

 <p>MINISTÉRIO DO INTERIOR FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI DIRETORIA DE PATRIMÔNIO INDÍGENA - DPI</p>			
<p>TERMINAÇÃO</p> <p>ÁREA INDÍGENA FIGUEIRAS</p>		<p>DELIMITAÇÃO</p>	
<p>LOCALIZAÇÃO</p> <p>TANGARÁ DA SERRA</p>		<p>ÁREA APROX.</p> <p>10 000 Km²</p>	<p>PERÍMETRO APROX.</p> <p>60 Km</p>
<p>ESTADO</p> <p>MATO GROSSO</p>		<p>ESCALA</p> <p>1:100.000</p>	<p>DATA</p> <p>13/07/82</p>
<p>MUNICÍPIO</p> <p>ES DR</p>		<p>PROCESSO Nº</p> <p>FUNAI/888/4802/78</p>	<p>ASSINATURA DO RESPONSÁVEL</p> <p>13/07/82</p>
<p>TEC. RESP. PELA IDENT. DOS LIMITES</p> <p><i>[Signature]</i></p>	<p>TEC. RESP. PELA DEM. DOS LIMITES</p> <p><i>[Signature]</i></p>	<p>VISTO</p> <p><i>[Signature]</i></p>	<p>LIMITES APROVADOS PELO INSTITUTO DO ÍNDIO DEACORDO COM O DECRETO Nº 88.488-82 - FORAM APROVADOS CONFORME ANEXO Nº 01</p>
<p>DATA DE ELABORAÇÃO</p> <p>13/07/82</p>		<p>ASSINATURA DO RESPONSÁVEL</p> <p>13/07/82</p>	

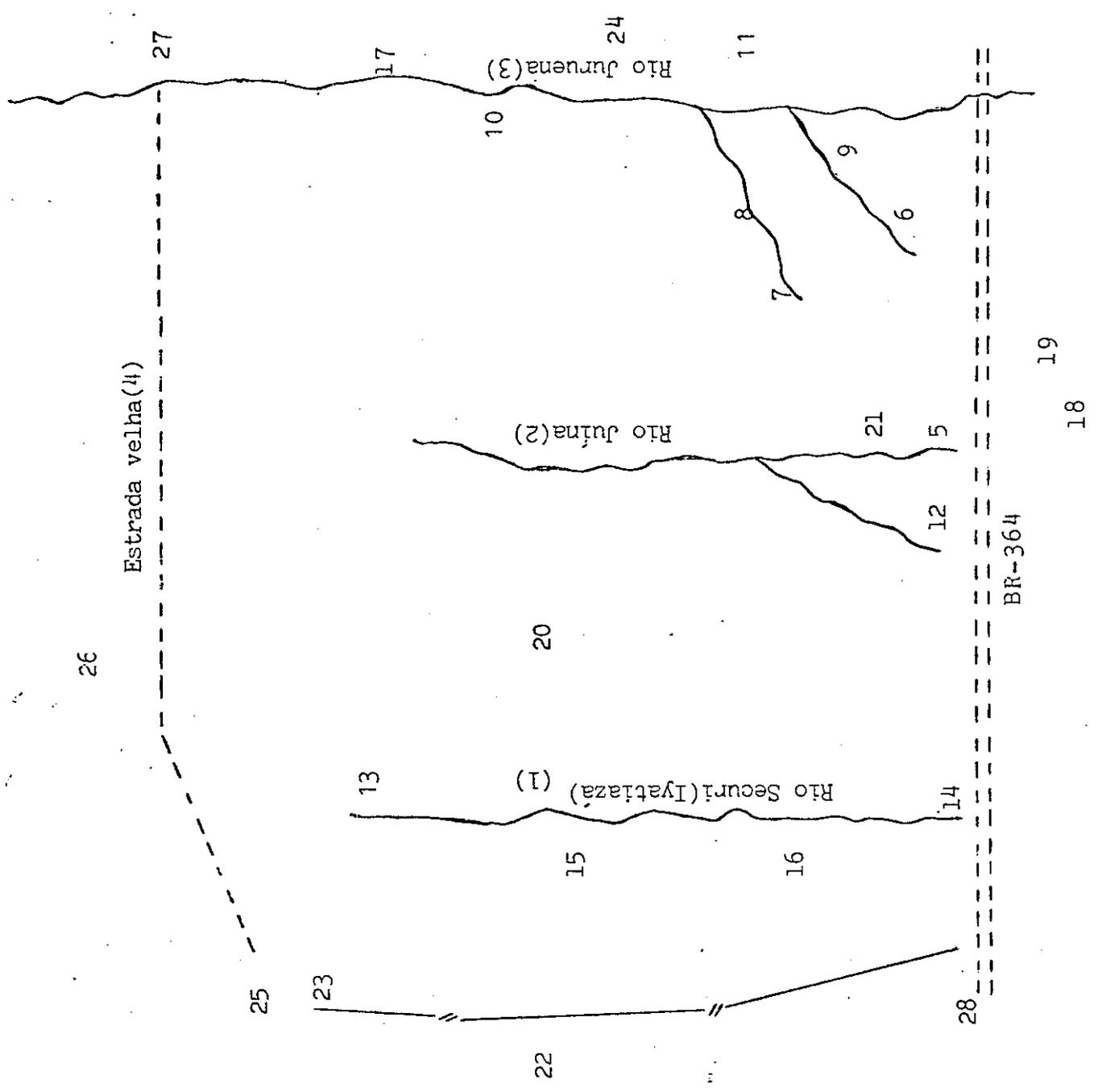


SINAIS CONVENCIONAIS

- - - - - TERRA INDÍGENA DELIMITADA
- ⊙ ALDEIA INDÍGENA
- TORRE DA EMBRATTEL
- † CAMPO DE EMERGÊNCIA
- ==== RODOVIA DE REVESTIMENTO SOLTO
- ~~~ CURSO D'ÁGUA PERMANENTE
- DIREÇÃO DE CORRENTE
- PONTO DEFINIDOR DO LIMITE
- ⚡ CARRÓ DE FERRO

 <p>MINISTERIO DO INTERIOR FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI DIRETORIA DE PATRIMÔNIO INDÍGENA - DPI</p>			
<p>ENCERRAMENTO</p> <p>ÁREA INDÍGENA ESTIVADINHO</p>		<p>DELIMITAÇÃO</p>	
<p>SITUAÇÃO</p> <p>TANCAFÁ DA SERRA</p>		<p>ÁREA APROX.</p> <p>1970 Ha</p>	<p>PERÍMETRO APROX.</p> <p>20 Km</p>
<p>ESTADO</p> <p>MATO GROSSO</p>		<p>ESCALA</p> <p>1:100 000</p>	<p>DATA</p> <p>18/07/82</p>
<p>MUNICÍPIO</p> <p>SE DR</p>		<p>PROCESSO Nº</p> <p>FUNAI/BSB/4882/78</p>	<p>BASE CARTOGRÁFICA</p> <p>FOLHA TOMARACÁ-896</p> <p>1960-1970</p>
<p>ASSINATURA DO DIRETOR DA DPI</p> <p><i>[Signature]</i></p>		<p>ASSINATURA DO PRESIDENTE DO COMITÊ DE DELIMITAÇÃO</p> <p><i>[Signature]</i></p>	

REPRESENTAÇÃO CARTOGRÁFICA DAS ÁREAS JUININHA E UIRAPURÓ POR
JOÃO BATISTA, CHEFE DA ALDEIA JUININHA - 1986

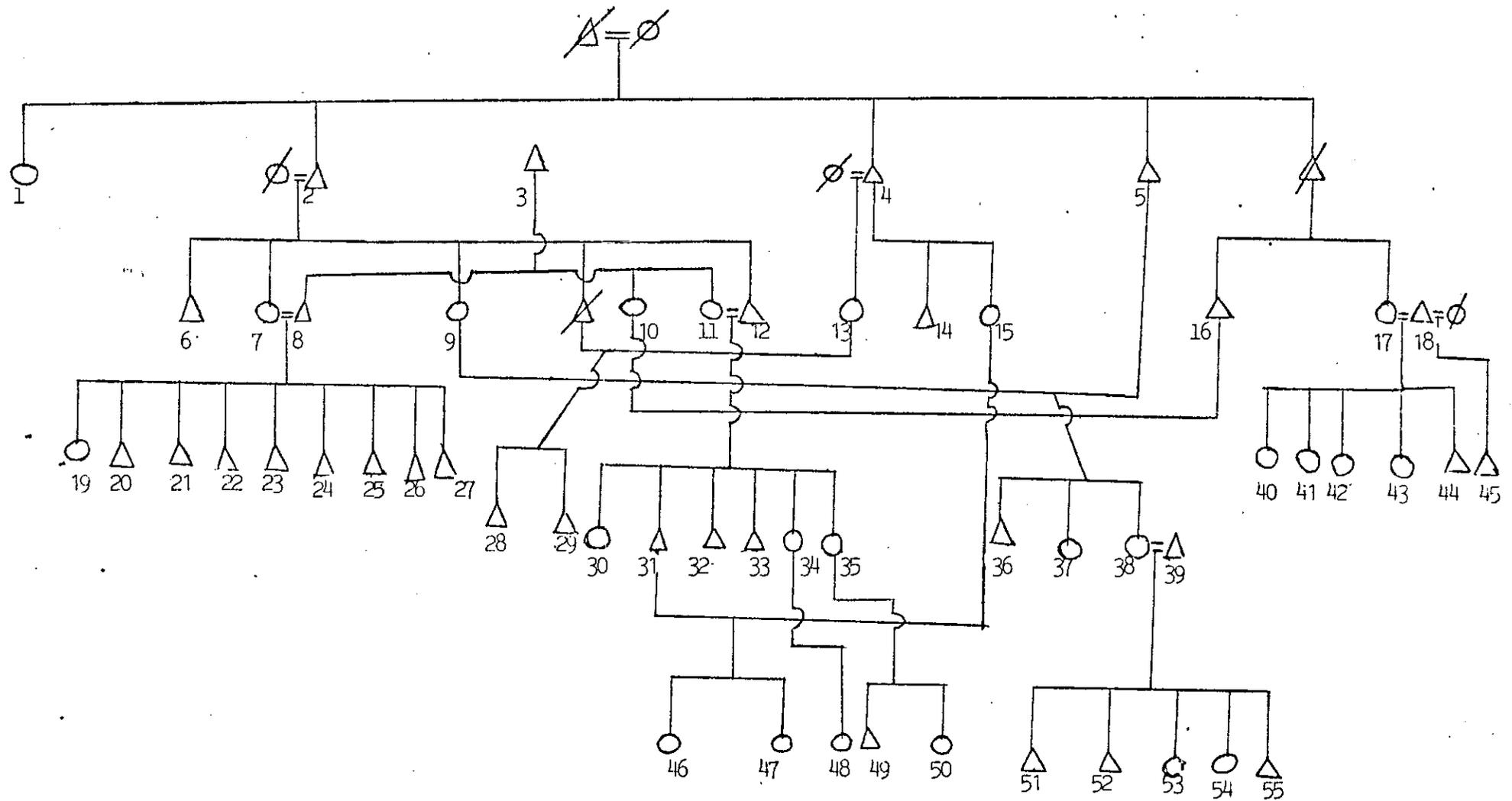


LOCALIDADES ASSINALADAS NO MAPA

1. Rio Iyatyaza
2. Rio Juina
3. Rio Juruena
4. Estrada Velha
5. Zotiarenanaza- Aldeia "Juininha"
6. Zohoyna -região de caça
7. Imikese
8. Sede abandonada de uma fazenda
9. Lagoa -área de pesca
10. Oneheko - área de pesca
11. Maitekese- região de caça das aldeias Boi Morto e Bititiro
12. Cabeceira Kalanazase
13. Local de pesca
14. Iyatyaza- (JK)- antiga aldeia do irmão da mãe de Capitão Marco, reaberta por seu filho Vivi.
15. Aholaykakoare - antiga aldeia do Irmão da mãe de Capitão Marco, de nome Lorentino
16. Iyatyaza - antiga aldeia de Zanoizoré- irmão da mãe de Cap. Marco
17. Torehanã - local onde nasceram os filhos mais velhos de Cap. Marco
18. Local de roça do filho de Marco, que mora na aldeia "Juininha"
19. Zalamãkwa- local de roça de Vivi, filho de Cap. Marco
20. Local de roça de Ferreira, chefe da aldeia JK
21. Local da roça do chefe da aldeia Juininha
22. Divisa da aldeia Tiaraju
23. Iyakakaose- antiga aldeia do irmão da mulher de Cap. Marco
24. Katyatohanã- antiga aldeia dos antepassados.
25. antiga aldeia Nanawarekwa
26. sede de fazenda
27. antiga aldeia de antepassados do grupo designada Molotiaza
28. Aldeia Hanawarekwa ou Capitão Marco

21/11/11

GENEALOGIA DO GRUPO DE PARENTELA DA REGIÃO DO JUÍNA-MT 1986.



Handwritten notes:
1986
1986

RELAÇÃO DOS COMPONENTES DOS GRUPOS LOCAIS CAPITÃO MARCO, JK, JUÍNA,
EM 1986, CONSIDERANDO SEXO E IDADE.

- | | |
|-----------------------|-----------------------|
| 1. Brasileiro(42)M | 42. Marilza(8)F |
| 2. Capitão Marco(70)M | 43. Lucinha(7)F |
| 3. Cesário(65)M | 44. Timuto(18)M |
| 4. João Batista(54)M | 45. Maurinho(15)M |
| 5. Marciano(55)M | 46. Ludilene(3)F |
| 6. João Ponce(26)M | 47. Sueli(1)F |
| 7. Júlia(42)F | 48. Elizete(2)F |
| 8. Brasileiro(42)M | 49. Manoelito(1)M |
| 9. Emília(40)F | 50. Eliane(11 meses)F |
| 10. Aida(43)F | 51. Jonécio(8)M |
| 11. Júlia(40)F | 52. Geraldo(6)M |
| 12. Vivi(40)M | 53. Adriana(4)F |
| 13. Dolores(20)F | 54. Judith(2)F |
| 14. Marciano(55)M | 55. Menino(2 meses) |
| 15. Maisa(20)F | |
| 16. Alfredo(43)M | |
| 17. Margarida(32)F | |
| 18. Antonio(40)M | |
| 19. Ione(13)F | |
| 20. Juliberto(17)M | |
| 21. Eurides(15)M | |
| 22. Jair(9)M | |
| 23. Claudio(7)M | |
| 24. Flávio(5)M | |
| 25. Valdemiro(3)M | |
| 26. Paulo(19)M | |
| 27. Elias(5 meses)M | |
| 28. Menino(6 meses) | |
| 29. Filindro(7)M | |
| 30. Iosa(13)F | |
| 31. Silvino(22)M | |
| 32. Firmino(12)M | |
| 33. Fremindo(8)M | |
| 34. Uiva(18)F | |
| 35. Eva(21)F | |
| 36. Joãozinho(12)M | |
| 37. Ílide(16)F | |
| 38. Rosinha(23)F | |
| 39. Dito(25)M | |
| 40. Cecília(4)F | |
| 41. Rose(2)F | |

RELATÓRIO II- ÁREA INDÍGENA ESTAÇÃO "PARECIS"

1. Relato Histórico da Área Indígena Estação "Parecis"

Estação "Parecis" constitui uma situação peculiar por ser um marco na história de contato dos índios Paresí com o Estado Brasileiro e um testemunho da história do país, notadamente no que se refere à conquista e integração do território brasileiro.

Em 1907 foi criada a Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas. Chefiada pelo então Tenente Candido Mariano da Silva Rondon, a Comissão teve a fundamental incumbência política de integrar, pelas malhas do telégrafo, a região compreendida entre Mato Grosso e Amazonas, atravessando cerca de 3.000 km. do sertão matogrossense.

Estação "Parecis" foi erigida às margens do Ribeirão Cágado, em 1908. Significativamente, é neste local, também, que a história dos Paresí com a designada Comissão Rondon se entrelaça, já que foi exatamente neste ponto do território Kazíñiti, no dia 7 de setembro de 1907, que deu-se o primeiro contato da Comissão Rondon e os Paresí. Este fato, que veio a tornar-se um passo decisivo para o programa de integração nacional a ser executado pela Comissão, foi, assim, registrado por seu chefe:

" Ahi em Kagado já começamos a entrar em contato com os Parecis, tendo o cacique Henrique Locuierê , pae de Zô-zôariairi, levantado o pavilhão nacional no dia 7 de Setembro em presença de seringueiros do lugar e de um gru-

214

po de outros índios, que me vieram visitar. Nesse ponto tomamos nosso primeiro guia, o índio Parecis Zavadá-issu, a quem presenteei com uma espingarda, fazendo aos seus companheiros muitos outros presentes" (Rondon, 1915:45).

Entre 1908-9 foram inauguradas quatro bases do telégrafo: " Parecis", "Ponte de Pedra", "Barão de Capanema" e "Utiarity"; ao estabelecimento destas estações correspondeu a migração e o assentamento de indígenas Paresí, formando verdadeiros núcleos populacionais. Nestes locais, os Paresí transferidos de suas aldeias, foram treinados para efetuar serviços de conservação e operação das linhas.

Paradoxalmente, o estabelecimento dos Postos se, por um lado, teve sérias implicações ao nível da organização social e territorial da sociedade Paresí- seja através da dispersão de aldeias, seja através da introdução de novos valores e padrões de socialização- por outro possibilitou que até hoje, principalmente no que se refere a Estação "Parecis", os remanescentes indígenas desta região, possam viver em seu território embora ameaçados, ao longo dos anos, por seringueiros e fazendeiros que insistem em expulsá-los das terras que a própria história política deste século incorporou, no seu decorrer.

Se a presença, ao longo deste século, de remanescentes Paresí trabalhando para o país, operando o telégrafo- que em "Parecis" somente emudeceu com a aposentadoria do telegrafista Paresí João Zoromará- não fosse suficiente para confirmar a ocupação indígena contemporânea da área destinada à Estação, ainda teríamos os registros da Comissão Rondon referentes à história do estabeleci-

211

mento de "Parecis".

Em Junho de 1908, Rondon registrou as etapas de construção da casa sede da Estação:

"A estação de Parecis foi construída de adobes, caiada e coberta de telhas de zinco; no seu arcabouço foram empregados nove esteios de aroeira transportados das matas de Sant'Anna e madeiramento de lei inteiriço, obtidos nas matas da localidade (vinhático, piuva e peroba). Da mesma forma foram construídas as duas casas para os guardas. Para os alicerces foi empregada a pedra canga (conglomerado de ferro) colhida esporçamente em afloramentos que circundam a estação" (Rondon, Relatório nº 39:33-34 apud Roberto, F., 1985:7).

A prática, instituída por Rondon, de povoar as Estações com os índios Paresí decorreu de seu objetivo de integrar os indígenas na formação nacional brasileira, transformando-os em trabalhadores nacionais. Esta ideologia está claramente explicitada em uma passagem de uma carta, datada de 1910, endereçada ao Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio:

"Muitos parecis já se empregam nos trabalhos de exploração da seringa, seja espontâneamente, seja por contrato; será fácil emprega-los na conservação das linhas telegráficas do sertão, conforme o desejo que muitos deles já manifestaram, certos de que o Governo lhes concenderá melhor e mais justa retribuição do que as ilusórias vantagens que colhem ao serviço de particulares que os exploram desumanamente" (Rondon, in Viveiros, 1969:342 apud Roberto, F., 1985:7-8).

Com o objetivo de viabilizar sua idéia de formação de núcleos populacionais indígenas nas Estações Telegráficas, Rondon reservou áreas específicas para os mesmos, determinando a medição de seus limites. No que se refere a "Parecis", Rondon deixou um detalhado relato dos trabalhos ali executados assim como dos serviços de levantamento e demarcação do território:

"Os serviços ahi executados constaram do seguinte: derrubada e limpeza de um quadrado de 500 metros de lado em torno da estação definitiva; construção de 3 casas, uma para a estação definitiva e duas para residência dos guardas; locação da nova linha de terra, perpendicular ao eixo da linha tronco, na tangente que passa em Parecis; reconstrução dos estivados e do curral ahi existentes; conservação da linha telegráfica desde Diamantino até Santo Antonio; levantamento regular e demarcação da área de 36 kilometros quadrados que deverão ser demarcados para núcleo da estação telegraphica.

Todos esses trabalhos ficaram concluídos antes que o tenente Amílcar seguisse para Manãos, via Cuyabá, afim de tomar parte na Expedição de 1909, como Auxiliar da Turma do Norte, incumbida por mim de exploração e levantamento do rio Jacy-Paraná" (Relatório, nº 39: 33-34 apud Roberto, F., 1985:6-7).

A ocupação permanente, desde o início do século, de Estação "Parecis" pode ser confirmada através dos depoimentos de vários índios Paresí que trabalharam no local. Desde 1982, uma pesquisa vem sendo realizada no Museu Rondon/UFMT sobre os Paresí que tra-

gull

balharam na construção e manutenção das linhas do telégrafo, sob a responsabilidade da antropóloga Maria Fátima Roberto. Em 24/11/1985 a referida antropóloga apresentou à 5ª DR/FUNAI o relatório da pesquisa onde consta uma série de trechos de entrevistas realizadas com os Paresí que trabalharam no telégrafo. Destes, transcreveremos alguns que se referem explicitamente à ocupação de Estação "Parecis" no decorrer deste século, pelos indígenas.

Maximiano Enoré, falecido em 1984, em Cuiabá, tornou-se auxiliar de telegrafista em 1918. Aos 24 anos era telegrafista em "Barão de Capanema", de onde foi transferido para Estação "parecis"

" Quando foi um dia, de repente, o chefe da coletora de Parecis abandonou o serviço. Aí o chefe me designou para Parecis, trabalhar na coletora. Isso em 1940 já, que eu fui para Parecis..... Minha mulher era Paresí. Ela também sabia trabalhar em morse. Quando eu saía assim na caçada, ela ficava... tomava conta da estação pra mim. Eu que ensinei" (Roberto, F., 1985:11).

De acordo com os depoimentos contidos na referido relatório, muitos dos Paresí que hoje vivem em Cuiabá habitaram, nos anos 30-40 a Estação "Parecis". Maria Arury Korezokerô, 75 anos, casou-se em 1923, na Estação "Parecis" com um guarda-fios:

"Quando eu casei com ele eu estava regulando uns treze anos. Mas aumentaram, foi pra dezesseis pra casar... (...) nós chegamos aqui no Parecis e o escrivão, o juiz daí do Diamantino foi lá pra fazer nosso casamento" (idem:12).

Em 1950 morre em Estação "Parecis" Kanazuê, telegrafista que antecedeu João Zoromorá, chefe do grupo que habita a Estação

214.

até os dias de hoje. Sua mulher, Clarice Bruno Kanazuê, 64 anos, descreveu os últimos dias do marido no local:

"... E depois que chegamos lá no Parecis, o rio lá é frio demais. Descemos, fomos tomar banho, aonde esse banho fez mal pra ele(o marido). E começou vim a febre nele...E aonde não deu mais jeito. Ficou ruim, cada vez mais ruim. Ficamos uns quinze dias ali até que ele morreu. Eu acho que se tivesse algum socorro ali, talvez ele socorria, né. Mas ali não tinha nada de remédio. Não encontramos medicamento de espécie alguma ali naquele barracão de seringueiro que existia ali.

Nada" (*idem*, 1985:15)

Com a morte de Konazuê, João Zoromarã que trabalhava no telégrafo da Estação "Baraõ de Capanema", retorna com sua parentela para o território de seus antepassados, assumindo em Estação "Parecis" a responsabilidade de operação e manutenção do telégrafo.

2. Caracterização do Grupo Social Paresí que habita a área Estação "Parecis" - km.260 da antiga Br-364

A população atual do núcleo "Parecis" soma 18 indivíduos. São remanescentes Paresí do subgrupo Kazíniti, habitante original desta região do território de Mato Grosso. Constitui uma parentela formada por três unidades familiares, tendo como chefe o telegrafista João Zoromarã(Cf. Censo anexo).

guf

O núcleo possui 3 construções originais : a sede da antiga estação telegráfica (referida como casa nº 2 no censo), uma casa destinada ao guarda-fios (Casa 1) e outra construída com o mesmo propósito (casa 3). A casa 1 abriga a família do chefe do grupo; a casa 2 abriga a família do filho mais velho do chefe e a casa 3 a família de outro filho de Zoromarã. Vê-se, assim, que o grupo apresenta o mesmo tipo de composição que encontramos na área de Reserva : irmãos germanos (siblings) como base social de um grupo local(aldeia).

O chefe da parentela, Sr. Zoromarã, nasceu em 1910, na aldeia Taikwakwaré ou Lagoa Rasa, às margens do córrego do mesmo nome, território tradicional do subgrupo Kazíñiti. Situa-se próximo ao local designado Ponte de Pedra, referido pelos Paresí como lugar onde surgiram seus antepassados.

Em 1915, seus pais seguiram Rondon até "Utiarity". Seu pai, Antonio França Zoromarã, trabalhava nos seringais regionais. Em "Utiarity" tornou-se zelador das linhas do telégrafo.

Em Estação "utiarity" Zoromarã frequentou a escola e, em 1930, tornou-se telegrafista. De 1940 a 1953 trabalhou como telegrafista na Estação "Barão de Capanema". Neste ano morreu sua mãe, Francisca Zoromarã. Em 1954 retorna ao território de seus antepassados para substituir Konazuête, telegrafista da Estação "Parecis".

À época, na região onde se localizava o núcleo "Parecis" havia apenas barracões do seringalista Otávio José da Costa. Zoromarã operou o telégrafo até o ano de 1966, quando aposentou-se pelo Departamento de Correios e Telégrafos.

gld.

3. Atividades Econômicas do Grupo

Aposentado, o chefe do grupo dedica-se atualmente aos cuidados do pomar que plantou em torno de sua casa. Ali existem pés de jaca, manga, laranja, caju, limão, mamão, goiaba, pinhão, café, urucu, abacate, abacaxi, mangaba, banana. Seu grupo doméstico possui uma criação de galinhas para consumo.

Os chefes dos três grupos domésticos cultivam, em cooperação, uma roça de mandioca às margens do Ribeirão Cágado, numa área de 2.500 m².

Além da aposentadoria do Sr. Zoromarã, o grupo conta com outras fontes de rendimento. Seus filhos mais velhos Ariovaldo e João Batista engajam-se, esporadicamente, em empreitadas nas fazendas vizinhas. Dois outros filhos trabalham, ocasionalmente, nas fazendas operando máquinas pesadas.

4. A Luta pela Legalização das Terras

Foi na década de 70 que os índios de Estação "Parecis" intensificaram a luta pela legalização de suas terras. Data desta época o avanço de fazendeiros do Sul para a região, em busca de terras, através da BR-364.

Em 1973 Zoromarã fez a primeira solicitação oficial de legalização das terras de seu grupo. Havia sido levado a Brasília, sob determinação do Ministro das Comunicações do Governo Médici, Hygino Corsetti, para participar da inauguração de um busto de

EW.

Rondon, defronte do Ministério das Comunicações. Conforme depoimento que obtivemos, Sr. Zoromarã disse ter tido oportunidade de entrevistar-se tanto com o Presidente do Brasil quanto com o Presidente da FUNAI; General Jerônimo Bandeira de Melo, quando solicitou demarcação das terras de seu grupo. Requereu providências para a legalização de 3.600 hectares demarcados por Rondon para o núcleo "Parecis". O Presidente da FUNAI pediu-lhe que zelasse pela integridade daquele território, comprometendo-se a indicar um técnico para realizar a eleição e medição da área.

Em 09/11/1977, mediante a invasão da área pela Fazenda Margareth, de propriedade da família Capeleti, Sr. Zoromarã enviou uma carta à 5ª DR/FUNAI solicitando uma atuação direta e imediata do Órgão. Sua filha Djair Zoromarã foi a signatária do documento.

No ano de 1978 a FUNAI tomou uma série de iniciativas com objetivo de localizar e reconhecer os marcos divisórios erigidos por Rondon, quando da demarcação da área, em 1908.

Em 31.01.1978 houve uma primeira visita de um funcionário do INCRA/MT ao local, através de uma solicitação da FUNAI. Nesta ocasião foi feita a localização dos marcos, com uma periferia de 3.600 hectares (Comunicação pessoal do Sr. Zoromarã).

Dois meses depois, em 20/03/78, esteve no local o Coronel Comandante do 9ª BEC em companhia de um cabo e de um escrivão da Corporação, para realizar o reconhecimento dos referidos marcos que limitam a área. O trabalho fora solicitado pela FUNAI (idem)

Transcorrido um mês, em 25.04.1978, um funcionário da FUNAI/Cuiabá, em companhia de um Detetive Federal, fez uma nova revisão dos marcos da área "Parecis" (idem)

201

Em relatório dirigido à FUNAI, datado de 1978, o funcionário Reginaldo Flores registrou:

"... existem marcos delimitando a área reclamada pelos índios. Alcançamos dois marcos dentro das terras da fazenda Margarete, sendo que um deles foi arrancado por pessoal da fazenda conforme informação do próprio gerente. É evidente que foi retirado recentemente. O outro marco está no lugar. É de aroeira, muito velho, aparentemente ter no mínimo 50 anos. Tem uns dois metros de altura, por uns 0,25m de circunferência, com a palavra "Paresí" na vertical, bem grande e visível, escrita a fogo de cima para baixo..." (Cf. Roberto, F., 1985:16/17).

Em 1983, transcorridos cinco anos de espera por uma atuação mais incisiva da FUNAI e sentindo-se impotente diante do avanço dos fazendeiros sobre suas terras, Sr. Zoromarã dirigiu-se ao INCRA/Diamantino com o intuito de "salvar" 100 hectares apelando para a condição de posseiro. Queria salvar o prédio da sede da Estação Telegráfica sob ameaça de ser demolido, por parte da Fazenda Bassan.

A inconstitucionalidade da situação, uma vez que trata-se de terra indígena, não permitiu que o processo fosse adiante.

Em 1985, o Museu Rondon/UFMT encaminhou à 5ª DR/Cuiabá o relatório de pesquisa, assinado pela antropóloga Maria Fatima Roberto, elaborado com dados obtidos através de documentação oficial da Comissão Rondon e com depoimentos dos remanescentes Paresí que trabalharam nos postos telegráficos. A iniciativa tinha como objetivo colaborar com o processo de reconhecimento e legalização da área "Estação Parecis".

pub.

4. Proposta referente à área Estação "Parecis"

Em 08/12/86, o GT chegou à Estação "Parecis" no km 260 da antiga Br-364.

O descrédito do grupo indígena em relação à atuação da Fundação Nacional do Índio ficou patente na forma como reagiu seu chefe, Sr. João Zoromarã, ao ser notificado da incumbência do GT de realizar um levantamento da situação atual da população indígena e de seu território, objetivando encaminhar uma proposta para demarcação da área. Zoromarã passou a relatar sua saga junto a FUNAI para conseguir a demarcação dos 3.600 hectares, doados por Rondon aos indígenas do núcleo "Estação Parecis", tornando-os reserva indígena. Disse que após anos de luta encontrava-se cansado e humilhado; por isso dirigira-se, em 1983, ao INCRA/Diamantino para garantir a ocupação de 100 hectares de terra. Era sua última tentativa para salvar o conjunto de construções que compõem a Estação Telegráfica "Parecis".

Diante deste fato, o técnico agrimensor e o coordenador do GT, assessor da 2ª SUER, submeteram ao Sr. Zoromarã a proposta de transformar em área indígena os 100 hectares que o índio requereu junto ao INCRA. Informados da inexistência de benfeitorias em área contígua, até a MD do Ribeirão Cágado (a ME foi ocupada pela fazenda Bassan), os dois integrantes da equipe propuseram agregar aos 100 hectares requisitados por Zoromarã outros 100, perfazendo, assim, um total de 200 hectares. Estes 100 hectares estariam sendo explorados por um ocupante, conhecido por Valdir, que os adquirira de Sebastião de Assis.

out.

No dia seguinte foi feita uma revisão da proposta junto ao Sr. Zoromarã : ao invés de uma adição de 100 hectares aos 100 anteriormente requeridos pelo Paresí ao INCRA/MT em direção à MD do Ribeirão Cágado uma expansão , também de cerca de 100 hectares, mas na direção leste-oeste, agregando uma parte de terra de um arrendatário da Fazenda Margareth, Geraldo Cosme.

O Sr. João Zoromarã aquiesceu, sem retrucar, com ambas propostas. Ao despedir-se do GT, este Paresí, significativamente, entregou à equipe umas folhas de papel pautado onde escreveu, de memória, o artigo 198 § 1º e 2º da Constituição da República Federativa do Brasil, 1967, que trata da ocupação das terras indígenas pelos índios.

A signatária deste relatório, diante das evidências históricas arroladas no corpo deste trabalho, pondera que seja realizado o levantamento da cadeia dominial dos títulos que incidem na área, em Diamantino (MT), sedê do município do mesmo nome, com o propósito de legalizar os 3.600 hectares demarcados pela Comissão Rondon, no início do século.

A pesquisa documental que realizamos no Museu do Índio do Rio de Janeiro, os resultados da pesquisa com os trabalhadores das linhas telegráficas, realizada pelo Museu Rondon/UFMT e o levantamento da situação atual da área pelo GT explicitam que os 3.600 hectares constituem um direito inalienável dos remanescentes indígenas que vivem em Estação "Parecis".

Se o argumento da ocupação permanente, secular, deste território pelos Paresí não for suficiente para resguardar este direito, os serviços preciosos prestados ao país, cerca de meio século, através da conservação e operação do telégrafo - por várias décadas o único meio de comunicação do sertão matogrossense - o justificaria.

J. W.

ANEXO - RELATÓRIO II : ÁREA " ESTAÇÃO PARESÍ "

DADOS CENSITÁRIOS

CASA I (Guarda-fios)

1. João Zoromarã 76
2. Djanira Zoromarã † 50
3. José Aparecido 30
4. Djamil 27
5. Joanira 4

CASA II (Antiga sede da estação telegráfica)

6. Ariovaldo 45
7. Djair 48
8. Valmireide 20
9. Kelly Cristina 4
10. Cleberon 10 meses
11. Valmirene 15
12. Valmil 23
13. Jucimara 7

CASA III

14. João Batista 35
15. Mariene Valdere 20
16. Claudison Aparecido 1 ano e 6 meses
17. Claudinale Maria 5 anos
18. Aldair Maria 39

2001

BIBLIOGRAFIA CITADA

COSTA, Romana Maria R.

1985 Cultura e Contato: Um Estudo da Sociedade Paresí no contexto das relações interétnicas. Rio de Janeiro, universidade Federal do Rio de Janeiro. (Dissertação de Mestrado em Antropologia Social).

RONDON, Candido Mariano da Silva

s/d Relatório da Construção das Linhas Telegráficas (1907-1910), 2º Vol. Publicação nº 39

1915 " História Natural : Etnografia". Comissão das Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas. Publicação 2, anexo 5 . Rio de Janeiro

SCHMIDT, M:

1943 " Los Paressis". Revista de la Sociedad Científica del Paraguay , 6(1): 1- 226.